

Periferia e Auto Afirmação: resistência à flor da pele

Egnaldo Ferreira França¹

Para pontuar de maneira objetiva esta reflexão elegi dois pontos que considero fundamentais: primeiro a presença de negros na universidade e segundo do lugar de onde venho. Com isso pretendo trazer uma discussão acerca das lutas pela implementação das Ações Afirmativas e a importância da auto-afirmação para vencer as diversas formas de manifestações racistas acometidas à população negra brasileira.

É comum se ouvir que as universidades estão “abrindo as portas” ou mesmo que tem facilitado a entrada para a população negra em seus cursos. Antes de analisar tais afirmações me reporto a uma metáfora para simbolizar a entrada dos negros na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC:

Quando este estabelecimento de ensino superior foi projetado e construído certamente não se imaginava que em algum momento ele também seria ocupado por estudantes oriundos de classes populares, pois é preciso ter carro pra se locomover de um pavilhão a outro. O episódio mais significativo foi a construção da Biblioteca Central – Auditório Paulo Souto – onde para chegar até lá vindo do portão principal do campus era preciso percorrer uma longa distância até o auditório Jorge Amado e retornar para o estacionamento desta Biblioteca. Fato é que os estudantes que não tinham carro para esse trajeto ao chegar pelo portão principal beiravam a cerca passando pela quadra e pisoteando a grama deixaram um rasto, como fazem as formigas. De tanto passarem pelo mesmo local a reitoria decidiu fazer no caminho das insistentes “formigas humanas” uma passarela de concreto. Este foi o primeiro sinal de

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Fundador do Projeto Encantarte e do Pré - universitário para Afrodescendentes – PREAFRO.

que a UESC acordava para uma realidade cada vez mais visível: ali também estava a população que merece um olhar diferenciado.

Pois bem... Esta metáfora ilustra que para ser notado foi necessário fazer-se visível, insistir e de certa forma obrigar esta universidade a criar mecanismos de acesso. Esta dinâmica também ocorreu para a implantação do sistema de cotas na UESC. Fato é que mais de 75% da população do Sul da Bahia é formada por negros e indígenas, porém menos de 05% desta população estava nos cursos de graduação até meados da década de 2000. O Movimento Negro Regional questionou este disparate, mas não era recebido pela reitoria e depois de insistentes tentativas de diálogos, em uma manifestação, fechou-se a BA 415 (Rodovia Ilhéu – Itabuna) e mesmo sem o Reitor querer, foi obrigado a nos receber. Daí por diante foram oito meses de negociação até a implantação da RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 64/2006 que Institui reserva de vagas para negros e indígenas no processo seletivo para os cursos de graduação da desta Universidade. Agora o neto do coronel vai ter que sentar ao lado do filho do gari, do filho da doméstica, do filho do carpinteiro... Chegou, portanto, a vez das classes populares. Estamos aqui não por um convite, um favor ou porque esta instituição “abriu as portas”. Estamos porque lutamos para conquistar este espaço. Antes, quando eu vinha para a UESC, já que freqüento este espaço a mais de dez anos como militante do movimento negro, eu sentia falta, nos ônibus, da negrada estudante. Hoje quando venho como estudante – as poucas vezes que venho de ônibus, pois eu vivo de carona – eu fico feliz de ver as caras pretas marcando presença.

Afirmando minhas origens

Fiz e sou parte dessa luta junto ao Movimento Negro Regional, acadêmico do Curso de História, integrante da primeira turma de cotistas desta universidade, filho de um carpinteiro com uma do lar, ambos analfabetos, venho de um bairro da periferia de Itabuna que até hoje vem sofrendo com um estereótipo negativo: a taxação de “bairro de bandidos” - o Bairro Maria Pinheiro. Certamente quem nunca foi lá e disser em qualquer canto de Itabuna que vai neste bairro vai ser desaconselhado a ir. Mesmo quem desconhece esta localidade tem medo de chegar perto ou de se aproximar de um morador,

salvo as devidas exceções, ou mesmo de dar emprego porque trata-se de um “suspeito”. O fato de ser morador dessa localidade já me fez ser vítima de violência policial pelo simples fato de estar no centro da cidade depois das 22 horas chegando ao ponto de ser ameaçado de morte por uma guarnição de quem deveria me proteger.

Sou fundador de uma Instituição que há doze anos tem lutado contra estes estereótipos e toda forma de preconceito e discriminação racial dispensadas ao nosso povo negro: o Projeto Encantarte fundado no ano 2000. Esta entidade tem desenvolvido ações para a valorização da auto-afirmação e difusão da cultura negra através da arte e da educação. Desde 2001 vem desenvolvendo projetos de pré-universitários populares e dessas iniciativas, apenas na UESC já temos 120 estudantes fazendo ou que concluíram graduação e quatro fazendo Mestrado nesta e em outras instituições de ensino superior.

Estereótipo racista também é violência

Para as periferias brasileiras, desde o final do Século XIX e início do Século XX, tem sido destinado uma política de segregação, e por que não dizer, de extermínio. Os números dos homicídios estão até hoje para comprovar esta afirmação. As principais vítimas são jovens, negros e moradores da periferia. Como se não bastasse esse problema a discriminação e disseminação dos estereótipos negativos tem legado a este povo a exclusão do mercado de trabalho como demonstrou o Diagnóstico Geral da Comunidade realizado pelo Encantarte no Bairro Maria Pinheiro em 2001: 92% dos moradores desempregados, 88% tem vergonha ou medo de dizer que mora neste bairro, mais de 80% diz que se pudesse mudaria para outro local e todos os moradores se queixaram do preconceito sofrido por morar no bairro tachado de “bairro de bandidos”.

“Os estereótipos, ou seja, os clichês, as imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos, cumprem o papel social de produzir os preconceitos, as opiniões e conceitos baseados em dados não comprováveis da realidade do outro, colocando esse outro sob rejeição ou suspeita” (SILVA, p. 17, 2001).

Diante da situação vivida pelos moradores e a afirmação de Silva, dispensa-se mais comentários.

Ausência do estado, presença do movimento

Diante da falta das políticas sociais se fez necessário a tomada de atitude da própria comunidade e entre outras organizações comunitárias o Encantarte vem desempenhando um papel significativo nesta localidade. Segundo GLÓRIA:

“À medida que o Estado exerce com deficiência o seu papel na promoção de saúde, moradia e principalmente de educação, surgem e se desenvolvem no Brasil entidades que buscam melhores condições de vida para comunidades da periferia. O Encantarte atua neste sentido” (GLÓRIA, 2007).

Não se trata de fazer Políticas Públicas porque estas são de competência do Estado. Porém, na falta deste, foi necessário a criação de alternativas para pelo menos fazer determinada “pressão” com as propostas ao poder público, visto que a polícia tem se tornado, na maioria das vezes, a única forma da presença deste nesta localidade. Ou será que deveríamos esperar até que a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI fosse até lá? Se bem que o Encantarte já levou muitas de nossas lideranças que compõem o Governo do Estado no Bairro Maria Pinheiro ou provocamos diretamente o debate com Luiz Alberto, Vanda Machado, Sergio São Bernardo, Creuza Maria Oliveira, Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Ana Célia da Silva, Silvio Humberto, além de provocarmos a UESC fazendo parte do Projeto Universidade e Movimentos Sociais na década de 2000, nas discussões do Multiculturalismo com a Professora Rachel Oliveira, na Comissão Mista do Conselho Municipal de Educação. De toda forma estivemos presente, questionando.

O que vemos hoje no bairro Maria Pinheiro é uma política “meia boca”, como dizem os moradores, com uma rede de esgoto que não funciona, água encanada que fica de 15 a 20 dias sem abastecimento nas partes mais altas além do que tem sido o principal problema em Itabuna que é a rivalidade entre duas facções criminosas que deixou o bairro dividido e provocando pânico

entre os moradores que não podem mais transitar tranquilos por qualquer lugar da própria comunidade.

Mesmo assim temos de saldo uma população do bairro mais atenta às causas dessa segregação, mais consciente dos seus Direitos, com uma juventude que reivindica mais, que denuncia, que não se envergonha por morar na periferia, que assume sua cor, em fim, que se afirma para seguir consciente de sua atuação na luta por melhores qualidade de vida.

“Devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, num país onde quase não se houve um discurso ideológico articulado sobre a identidade “amarela” e a identidade “branca”, justamente porque os que coletivamente são portadores das cores da pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros coletivamente portadores da pigmentação escura.” MUNANGA

Munanga trata da afirmação da identidade como um fator fundamental por este ter sido ignorado no decorrer da História do Brasil. Dessa forma o Encantarte se apresenta enquanto uma importante alternativa para as reivindicações de implementação das Ações Afirmativas além do que, diante de uma comunidade com a auto-estima afetada em decorrência dos preconceitos o projeto tem se mostrado de extrema importância para a auto-afirmação necessária para que se faça frente as diversas formas de manifestações racistas exaltando o que há de mais importante nesta comunidade: sua gente e sua cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GLÓRIA, Priscila Santos da. **Encantarte: uma análise histórica** – (2000-2007) monografia, 2007.

MUNANGA, Kabengele, organizador. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, A. C. **Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático**. Salvador, EDUFBA, 2001.